

Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí – CONEGI



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE ITAJAÍ. Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí – CONEGI de forma virtual, através da Plataforma Google Meet e contou com os seguintes presentes: Sra. Fernanda Cristina da Luz e Sra. Evelyn de Oliveira – Representando a Secretaria de Promoção da Cidadania / Diretoria de Relações Temáticas, Sra. Caroline Camilo de Castro Franco – Representando a Secretaria de Segurança Pública, Sra. Rosane Maria Tuzi – Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE, Sra. Elisa Trimmer Silva da Costa – Representando a Secretaria de Assistência Social – SAS, Sra. Fatima Regina da Silva - representando Núcleo Afro Itajaí, Sra. Maria Paulina Pereira da Silva – Representando a Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Regina de Jesus Almeida – Representando a Secretaria de Educação, Sra. Márcia Guimarães – Representando a OAB Itajaí, Sr. Bruno Oliveira Soares da Silva – Representando a CDHI, Sr. Joacir Centurião, mestre Cabeça – Representando o Berimbau Livre, Sra. Salete Aparecida dos Santos – Representando o Núcleo Afro, Sra. Geovana Silveira Batista – Representando o Instituto Sorrir, Sra. Glauca Ribeiro – Representando o Grupo Mariama, Sr. Daniel Gomes Bertotti – Representando a Universidade do Vale do Itajaí, Sra. Grazielle Gleise Santana – Representando a Setorial Afro e Associação Sebastião Lucas, Sra. Carli Verona Carneiro – Representando a Sociedade Civil, Sra. Graziela Cristina Gonçalves – Representando o Grupo Mariama, Sra. Rose Fernandes de Souza – Representando o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC Dando início à reunião, a presidente Márcia deu as boas-vindas a todos e todas presentes. Na sequência, passou a palavra à professora Cristiane mencionou que, conforme apontado na consulta pública, várias sugestões foram feitas quanto aos objetivos do plano, especialmente no que diz respeito à Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08, que tratam da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Ela ressaltou que, com base nas sugestões da diretoria, o objetivo foi alterado para incluir menções a essas duas leis. Novas metas também foram inseridas, com indicadores de monitoramento, detalhando quem seriam os responsáveis pela implementação e acompanhamento das ações, conforme as diretrizes nacionais. Além disso a professora destacou que novas metas foram inseridas ao plano, acompanhadas de indicadores de monitoramento, de modo a tornar mais claro e eficiente o acompanhamento das ações previstas. Tais indicadores detalham os responsáveis e corresponsáveis pela execução e fiscalização das metas, garantindo, assim, maior controle social e transparência nos processos. As alterações foram feitas com base nas diretrizes

Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí – CONEGI



nacionais e buscando sempre a adaptação à realidade local de Itajaí, em consonância com as especificidades da população negra e indígena do município. Cristiane também enfatizou que o plano, embora redigido pela empresa contratada, foi construído de forma coletiva, por meio das reuniões do Grupo de Trabalho (GT), e que cada etapa foi validada com base nos apontamentos da comunidade e das instituições envolvidas. Reforçou que, ao longo de um ano de elaboração, a construção do plano passou por diversas revisões e discussões, sendo um processo contínuo e democrático. Feitos os agradecimentos e encerrando essa etapa a presidente convidou a todos para o evento de lançamento do Plano no dia 23 de abril na Biblioteca Municipal. Em seguida, foi realizada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Após isso passou-se para a leitura detalhada do ofício número 001 da empresa DIA, vencedora do processo licitatório de 2023 para a revisão do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A empresa destacou que todas as ações realizadas seguiram rigorosamente o Termo de Referência previsto no processo licitatório, mantendo intenso diálogo com a Comissão que acompanha a revisão do plano (GT) e a fiscalização do contrato. Informou que, durante o levantamento de dados e informações, enfrentou dificuldades devido a respostas evasivas e falta de colaboração de algumas secretarias, o que prolongou o processo. Relatou que, mesmo assim, foram coletadas informações suficientes para constatar que muitos objetivos e metas anteriores já haviam sido alcançados, possibilitando avançar para a definição de novas metas objetivas e específicas. Ressaltou que tais informações e etapas foram registradas em documentos e reuniões on-line. A empresa também apontou problemas na primeira versão do plano, como trechos repetitivos, propostas evasivas e linguagem de difícil compreensão, que não indicavam um plano concreto, mas um conjunto de intenções. Sobre a produção editorial, mencionou que acatará eventuais mudanças solicitadas pela comissão quanto à capa e à folha de rosto. No que se refere à questão do recorte racial (pagina 13) nas políticas municipais, a empresa reforçou que, por se tratar de um plano municipal, não é possível incidir diretamente em instâncias privadas, justificando a exclusão dessas políticas privadas no documento. Quanto à ausência de dados indígenas no plano, a consultoria afirmou que isso decorre da invisibilidade histórica e da falta de dados locais confiáveis sobre essa população, mas decidiu manter o tema em virtude da importância e necessidade de políticas públicas para essa comunidade. Sobre o subsídio das sessões separadas de texto relativas às políticas públicas municipais, a empresa destacou que o município possui mais de 20 anos de políticas implementadas e que as informações específicas disponíveis foram inseridas conforme dados oficiais, incluindo IBGE. Quanto às dúvidas relacionadas aos campos de monitoramento, responsáveis e corresponsáveis, a

Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí – CONEGI



consultoria explicou que essas foram construídas de forma coletiva, com ampla participação do Grupo de Trabalho, optando por uma redação que pudesse englobar os objetivos e metas dos diversos eixos, respeitando o processo democrático de elaboração. Além disso, foi apresentado o segundo ofício da empresa DIA, com teor institucional e preventivo, no qual a consultoria relatou situações de desconforto e alegações de assédio sofridas por sua equipe durante reuniões presenciais, principalmente envolvendo membros do Grupo Mariama. A empresa declarou que tais episódios colocaram em xeque o trabalho desenvolvido e que não houve o devido respaldo do conselho nessas ocasiões. Diante disso, a consultoria solicitou formalmente que a presidência do CONEGI se comprometa a intervir em caso de novos episódios de desrespeito durante o evento público de apresentação do plano, a fim de garantir a condução adequada da atividade. A empresa declarou ainda que, caso não haja respaldo institucional, se resguarda no direito de entregar apenas o produto final, conforme previsto no contrato, sem realizar o evento público. O ofício também menciona que, em 21 de novembro de 2024, uma conselheira manifestou interesse em compor a equipe de gestão da revisão do plano, e que essa mesma pessoa, segundo a empresa, passou a tentar deslegitimar o trabalho, o que gerou desconforto à equipe técnica. A consultoria destacou que sua atuação sempre ocorreu com base técnica, metodológica e com a devida aprovação da comissão e do conselho, e encerrou o ofício solicitando providências para garantir a condução pacífica do evento e respeito institucional ao trabalho executado. Essas manifestações provocaram reações imediatas de conselheiras como Gráziela Gonçalves e Regina de Jesus Almeida, que questionaram o uso do termo “assédio” em um espaço de participação coletiva e deliberativa. Ambas defenderam que a divergência de ideias e o debate qualificado não podem ser confundidos com assédio, e afirmaram que sua atuação visava fortalecer o plano e garantir sua legitimidade, principalmente diante da ausência de dados municipais nos eixos, fato que consideram grave. Por fim, Ambas as conselheiras também questionaram o papel da presidência do conselho, criticando a postura da presidente Márcia Guimarães por, supostamente, acatar todas as decisões da empresa sem contestação. Para elas, o papel do CONEGI é deliberativo e deve representar os interesses da comunidade negra, e não se submeter às decisões de uma consultoria externa. Passados esses apontamentos a reunião continuou com a leitura do documento sobre a Denúncia à 40ª promotoria de Santa Catarina que já é de conhecimento de todos os conselheiros, relatou inclusive que tinhamos uma agenda com o Promotor Jadel nesta semana, mas que por conta do feriado foi remarcada para outra data e que na próxima reunião será repassado aos conselheiros o que foi tratado. Vencido o tema a Sra Grazielle Gleise, presidente do Sebastião Lucas explanou sobre a 4ª

Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí – CONEGI



Virada Afro Cultural e todos os encaminhamentos já realizados com o Prefeito, Secretaria de Assistência Social e Cidadania e com a Fundação Cultural e que a Virada vai acontecer no dia 24 de maio. Passando para os informes foi abordado sobre a reunião COMED que acontecerá no dia 10/04 para tratar sobre a alteração da Resolução 01 de 24 de maio de 2011 e que o GT da Lei 10.639 já tinha realizado algumas reuniões e enviado as alterações para o COMED. Quanto à devolutiva da Pré-Conferência de Saúde da População Negra/conferência de saúde, as conselheiras Salete e Fátima que estiveram na Conferência na sexta feira relatam que conseguiram discutir o tema da saúde da população negra, defendendo algumas proposições feitas na Pré-Conferência. A presidente Marcia relatou que no sábado as discussões ficaram voltadas à saúde do trabalhador de forma em geral e não houve proposições com a temática. Passado a palavra Livre a Secretária deste conselho Sra Fernanda Cristina da Luz informou aos presentes que por ordens superiores ela será remanejada para outro equipamento da Assistência Social- CRAS, informa que não sabe quando o documento da remoção chega, mas pode ser a qualquer momento. Diversos conselheiros fizeram votos de sucesso e lamentaram a forma como essa remoção foi realizada. Ainda na palavra Livre a Conselheira Gláucia solicitou que as atas das reuniões sejam enviadas com antecedência para leitura prévia, o que foi amplamente aprovado. Finalizada a reunião sem mais assuntos a serem tratados a presidente agradeceu a presença de todos e todas os presentes, e eu Filipe Leão lavrei a presente ata que será lida e assinada por mim e demais participantes.


 : Evelyn de Oliveira

 Caedine Comício

 Marcia

 Gláucia